

FAROL
ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES

@donaldsongomes



ENCRUZILHADA

Representantes da VLI estiveram ontem na Fieb para conversar sobre o futuro da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) na Bahia. Quem participou do encontro saiu de lá sem muita expectativa de uma solução rápida para a requalificação dos quase 2 mil quilômetros de ferrovias que foram sucateados nas últimas décadas. A empresa apresentou a possibilidade de oferecer uma outorga ao Governo Federal de R\$ 5 bilhões para antecipar a renovação do contrato, que vence em 2026, além do pagamento de uma multa de R\$ 1,2 bilhão para compensar o estrago feito nos trilhos baianos. Como a outorga vai para os cofres federais, o sonho baiano era que o valor da multa fosse bem maior, o suficiente para requalificar a ferrovia ou mesmo para a construção de uma nova estrutura, conectando a Fiol com a Baía de Todos-os-Santos. O único acordo possível foi o da criação de um observatório para monitorar o assunto junto aos órgãos federais. Enfim, é observar e esperar...

1,2

bilhão de reais é valor de multa sugerido pela VLI por estragos na Ferrovia Centro-Atlântica

COMANDO DA CODEBA

Quem esteve de fininho na Fieb, mas não passou despercebido, foi Antonio Boggio, apontado como futuro presidente da Codeba. O que se diz nos bastidores é que ele chega como cota do senador Jaques Wagner e que já teve o nome aprovado em Brasília. A batida de martelo é questão de dias.

Falta pouco

Com as obras de implantação da nova rodoviária de Salvador adiantadas, poucos detalhes ainda colocam em dúvida a inauguração do equipamento, às margens da BR-324, em Aguas Claras, ainda este ano. Um deles é que a ANTT ainda não aprovou o estudo de impacto de vizinhança. A agência federal responsável pela regulação dos transportes terrestres quer garantias de que a estrutura montada é suficiente para dar conta do aumento no fluxo de entrada e saída de veículos, sem causar impacto negativo na rodovia. O medo é que a região se transforme num ponto de retenção permanente.

Retração

Difícilmente a indústria baiana sentirá saudades de 2023. O setor registrou uma queda de 9% em setembro, na comparação com o mesmo mês anterior, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE, divulgados em parceria com a SEI. Em relação ao mesmo mês de 2022, a queda é de 3%. Ao longo do ano o setor industrial acumula recuo de 4,5% e a soma dos últimos doze meses tem como resultado uma retração de 5,9%. O segmento extrativo, que vinha sendo fonte de boas notícias nos últimos anos, teve contribuição decisiva para o resultado, com uma queda de 28% devido à queda na produção de petróleo, gás natural e cobre.

NO HORIZONTE

● **Novo CD.** A Kepler Weber, líder na América Latina em soluções de pós-colheita, anunciou a construção do nono Centro de Distribuição (CD) da companhia, em Luís Eduardo Magalhães.

9

por cento foi queda na produção da indústria baiana em setembro

Donaldson Gomes é editor e escreve às quintas-feiras

Conversa com
empreiteiro
complica
ministro de Lula

INVESTIGAÇÃO DA PF O ministro das Comunicações do governo Lula, Juscelino Filho, estabeleceu uma relação criminosa com o dono de uma empreiteira investigada pela suspeita de desvios em contratos da Codevasf, a estatal federal entregue ao Centrão.

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, a suspeita se baseia em conversas obtidas no celular do empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo DP. Costa é apontado como o real proprietário da Construservice, que tem contratos milionários com a Codevasf pagos com emendas parlamentares — ele não aparece como sócio em registros oficiais. As conversas entre o empresário e o ministro estão elencadas no relatório que a PF enviou ao STF.

Em agosto de 2022, a Folha revelou que a Construservice chegou a aparecer como a vice-líder em licitações da Codevasf e utilizou laranjas para participar de concorrências pú-

Indicado pelo Centrão, Juscelino Filho comanda a pasta das Comunicações

blicas na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A assessoria do ministro enviou nota assinada por seus advogados. Eles dizem que não há nada ilegal nas obras e chamam de "ilação absurda" qualquer suspeita de benefício pessoal de Juscelino por meio das emendas.

"Não há qualquer irregularidade nas obras, cujas emendas atendem a demandas da população, conforme já esclarecido às autoridades. Emendas parlamentares são um instrumento legítimo e democrático do Congresso Nacional e todas as ações de Juscelino Filho foram lícitas", afirma a defesa.

"São absurdas ilações de que Juscelino tenha tido qualquer proveito pessoal com sua atividade parlamentar, sobretudo construídas a partir de supostas mensagens sem origem e fidedignidade conhecidas", completa a nota assinada pelos advogados Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso.



ESTADÃO CONTEÚDO

Fundo eleitoral para ano que vem pode ser de R\$ 5 bi

PROPOSTA APROVADA A Comissão Mista de Orçamentos (CMO) do Congresso aprovou proposta que abre caminho para um fundo eleitoral de R\$ 5 bilhões em 2024, ano de eleições municipais. Atualmente, o valor reservado pelo governo para as campanhas no Orçamento de 2024 é de R\$ 939,3 milhões. O Orçamento ainda não foi aprovado e precisa ser votado no Congresso.

Uma instrução normativa aprovada ontem pela comis-

são autoriza os parlamentares a tirar mais R\$ 4 bilhões das emendas de bancadas estaduais e turbinar o chamado "fundão". Em valores exatos, o financiamento das campanhas ficará em R\$ 4,962 bilhões.

Na prática, a manobra pode tirar dinheiro da educação, da saúde e de obras de infraestrutura. As emendas de bancada são direcionadas para essas áreas, com o objetivo de bancar projetos estruturantes nos estados. Se o

valor for aprovado, o fundo eleitoral para a campanha de prefeitos e vereadores será o mesmo que bancou as eleições do ano passado e é mais que o dobro da última eleição municipal, em 2020, de R\$ 2 bilhões

Os líderes do Congresso ainda não definiram se o aumento do fundo eleitoral vai ser realmente colocado em prática à custa das emendas de bancada. A regra aprovada ontem apenas autoriza esse movimento.

JUSTIÇA ARQUIVA AÇÃO EM QUE BOLSONARO RESPONDISA POR INJÚRIA

PRESCRIÇÃO O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, determinou o arquivamento de uma ação penal na qual o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) respondia por incitação ao crime de estupro contra a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS). A decisão foi tomada ontem pelo juiz

Francisco Antônio Alves de Oliveira e foi tema de reportagem de O Globo.

O jornal lembra que Bolsonaro virou réu em 2016 por ter dito, durante uma entrevista em 2014, que a deputada federal Maria do Rosário não merecia ser es-
tuprada porque é "muito

feia".

A denúncia foi recebida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas sua tramitação ficou suspensa em razão da eleição de Bolsonaro como presidente, em 2018. Oliveira entendeu que a possibilidade de punição já estava prescrita.